

Nota Técnica – Orçamento transversal para o fortalecimento da política industrial no Estado do Tocantins.

A presente nota técnica tem por objetivo discorrer sobre o modelo de orçamento transversal entre União, Estados e Municípios como instrumento de sustentação de uma política industrial integrada no Estado do Tocantins.

A proposta parte do reconhecimento de que o desenvolvimento industrial regional exige articulação intergovernamental, planejamento de longo prazo e alinhamento entre instrumentos orçamentários e estratégias de fomento, especialmente em um contexto de restrições fiscais e de transição econômica para bases produtivas mais sustentáveis.

O conceito de orçamento transversal refere-se à coordenação e integração de recursos e ações entre diferentes esferas e órgãos de governo, organizando as políticas públicas por temas e resultados, e não apenas por estrutura administrativa. Essa abordagem, prevista na própria Constituição Federal (art. 165) ao estabelecer o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) como instrumentos de planejamento articulados, busca enfrentar a fragmentação orçamentária e aumentar a efetividade das políticas públicas.

No Tocantins, a adoção de um modelo de orçamento transversal pode ser decisiva para transformar as potencialidades industriais ainda dispersas em eixos estruturantes de desenvolvimento. A Lei Orçamentária Anual do Tocantins, em conjunto com o PPA 2024–2027 e a LDO, oferece base para integrar programas estaduais e municipais às agendas federais, permitindo que as políticas industriais sejam tratadas de forma sistêmica.

Entre os principais benefícios de um orçamento transversal para o Tocantins, destacam-se a racionalização do gasto público, evitando

sobreposição de programas e fortalecendo a convergência de esforços entre secretarias e níveis de governo; a previsibilidade e continuidade das políticas industriais, reduzindo a dependência de ciclos políticos e assegurando compromissos plurianuais; e a possibilidade de alavancar recursos federais e privados por meio de contrapartidas articuladas. Ademais, o modelo favorece a mensuração de resultados, permitindo o acompanhamento por indicadores de emprego industrial, produtividade, valor agregado e inovação.

Entretanto, a implantação desse modelo apresenta desafios estruturais e institucionais. O primeiro é a coordenação, uma vez que União, Estado e Municípios possuem instrumentos orçamentários próprios e cronogramas distintos. O segundo obstáculo está na compatibilização fiscal, pois a LRF impõe limites rigorosos para despesa e renúncia de receita, o que demanda previsão clara de fontes e transparência sobre incentivos fiscais. Outro fator de risco é a descontinuidade política, que pode comprometer programas longos e complexos se não estiverem devidamente ancorados em metas de médio prazo no PPA.

No âmbito federal, as Agendas Transversais e Multissetoriais incluídas no PPA 2024–2027 mostram que o governo brasileiro já adota metodologias de integração temática e institucional para temas complexos, o que reforça a viabilidade do modelo.

A adoção de um orçamento transversal voltado à política industrial do Tocantins representa uma oportunidade concreta de elevar a eficiência, a transparência e a sustentabilidade das ações públicas voltadas ao desenvolvimento econômico. O desafio é eminentemente institucional: requer coordenação entre entes públicos e fortalecimento da capacidade técnica de execução local. Com a articulação de recursos entre União, Estado e municípios, o Tocantins pode consolidar um modelo inovador de política industrial, alinhado às vocações regionais, à transição energética e às diretrizes nacionais de desenvolvimento sustentável.

Daniel Alencar Bardal

Assessor de Defesa da Indústria – Fieto

